

2020-2021

Catálogo de
Obras Jurídicas
MPSC



**Escola do
Ministério Público**

Alexandre Carrinho Muniz e Jádél da Silva - “Tribunal do Júri: o Ministério Público em defesa da Justiça” (coautor) Editora Dialética

Descrição: O Código de Processo Penal, que regula o Tribunal Popular do Júri, é datado de 1941. Desde então a sociedade brasileira sofreu inúmeras e profundas transformações e, como não poderia ser diferente, o Tribunal do Júri não mais se presta a analisar os crimes cometidos pelo "homem médio", mas sim, destina-se atualmente a julgar, em sua maioria, crimes dolosos contra a vida perpetrados em situações de guerra do tráfico de entorpecentes. Diante dessas inequívocas alterações de valores enfrentadas pela sociedade, torna-se necessário contemplar o instituto do Tribunal do Júri de acordo com as nuances da criminalidade contemporânea, de modo a evitar a derrocada desse relevante instrumento de materialização da Justiça.

[Link para compra](#)



Alexandre Carrinho Muniz e Tammy - Fortunato - “Direitos Fundamentais em Processo” (coautor) ESPMU

Descrição: A obra coletiva marca as comemorações dos 20 anos da ESPMU e reúne, em 46 artigos, o pensamento de integrantes do Ministério Público e da Magistratura, gestores públicos, acadêmicos e advogados acerca de questões de impacto mundial relacionadas aos direitos fundamentais na atualidade.

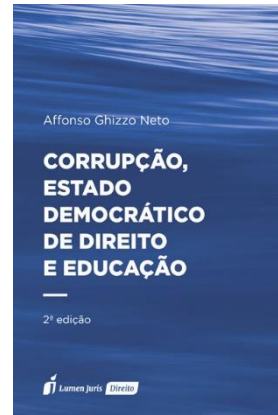
[Link para compra](#)



Afonso Ghizzo Neto - “Corrupção, Estado Democrático de Direito e Educação”

Editora Lumen Juris

Descrição: Ao longo de nossas vidas, em busca do conhecimento e melhoria espiritual, encontramos muitas formas prazerosas de sobreviver o mais dignamente possível, mas nem todas são factíveis, faltando, quase sempre, uma clareza maior, um aspecto inexplicável e sombrio dificultando o nosso mergulho com toda fé e paixão. Não sou diferente da maioria dos seis bilhões de pessoas que lotam este planeta buscando excelência e qualidade para resistir às armadilhas do tudo-fácil. Hoje, vivemos da esperteza, do levar vantagem em tudo, não importando o prejuízo que venhamos a infligir ao próximo. Na área política, é o descalabro que galopa, levando de roldão toda e qualquer possibilidade de redenção. Na área da saúde, nos tempos em que o remédio para amenizar a dor do pobre é manipulado de tal forma que deveria nos cobrir de vergonha, permitimos que ele seja mercadejado sem que isso nos ofenda como seres humanos. Numa sociedade organizada, com o devido respeito aos três poderes, deveríamos estar aliviados, pois, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário - que é de onde deveria emanar fluidez benéfica, amenizadora das desesperanças daqueles mais despossuídos, não temos a quem recorrer. Levantamos as mãos para os céus quando um homem surge com honestidade e pudor tão raros e se coloca à disposição do todo e não da propina, do tergiversar, enganar, usufruir, engabelar, mentir. Devemos honrá-lo e rezar para que ele não se desvie daquilo que jurou defender - perder se assim for, mas jamais pactuar. Afonso Ghizzo Neto, Deus todo poderoso te guarde e proteja, que sua fé não esmoreça e que você esteja sempre na vanguarda, na nossa defesa quando se fizer necessário. Milton Gonçalves Ator e Diretor



[Link para compra](#)

Andreas Eisele – “Direito Penal - Teoria do Delito”

Editora JusPodivm

Descrição: Este livro contém uma exposição teórica do Direito Penal em que os temas são analisados com um grau de complexidade um pouco superior ao encontrado em manuais universitários, porque sua finalidade é o fornecimento de recursos mínimos para o aprofundamento no estudo da matéria. Portanto, é dirigido aos profissionais do Direito que pretendam analisar questões complexas, e aos estudantes que queiram desenvolver estudos mais específicos sobre alguma categoria da teoria do delito.

Mediante uma exposição mais detalhada, com uma argumentação mais extensa em que se busca um grau mais acentuado de rigor teórico, se pretende fomentar a consistência na discussão técnica e, conseqüentemente, otimizar a racionalidade da prática jurídica.

[Link de compra](#)



Diego Roberto Barbiero – “Implantação de Malwares em Investigações Complexas”

Editora Juruá

É possível transcender o sistema tradicional de investigação para acompanhar as atividades ilícitas praticadas por organizações criminosas ou para aprofundar a busca pela justa causa para deflagração de ações penais envolvendo crimes complexos? Como as comunicações por transmissão de pacotes de dados e as soluções tecnológicas, atualmente utilizadas



como blindagem pelos grupos criminosos, podem auxiliar os órgãos estatais incumbidos da investigação e da persecução penal? Os malwares, relegados à clandestinidade pelo massivo uso ilícito, podem auxiliar a combater o mal decorrente das práticas ilícitas? A presente obra apresenta, à luz da legislação vigente no Brasil, uma alternativa jurídica para obtenção de chancela judicial à utilização de malwares em investigações complexas. Afinal, se a legislação nacional já admite o uso de métodos ocultos de investigação, como a interceptação telemática, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos e o uso do agente infiltrado virtual, por que não se utilizar da implantação dos malwares para obtenção das informações almejadas? A implantação de malwares, hoje, é mais do que necessária; é imprescindível para o sucesso das investigações complexas!

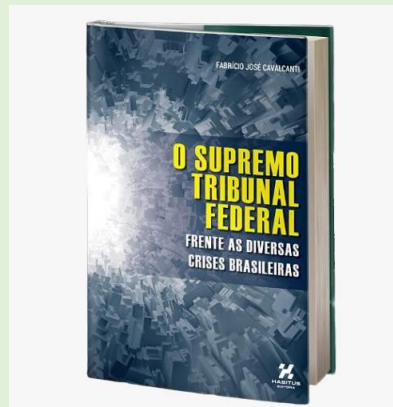
[Link para compra](#)

Fabrizio José Cavalcanti – “O Supremo Tribunal Federal Frente as Diversas Crises Brasileiras”

Editora Habitus

O Supremo Tribunal Federal e as crises brasileiras de legitimidade, do próprio STF, da Constituição da república, da segurança pública, econômica-financeira e político-institucional são os assuntos principais deste trabalho. A temática é estudada sob o ponto de vista jurídico, sem se afastar do contexto social e político.

As funções dos três poderes da República Federativa do Brasil são discutidas e analisadas, sobretudo, com verificação se há uma possível interferência do Poder Judiciário nos demais, com a adoção de práticas de ativismo judicial, no STF.

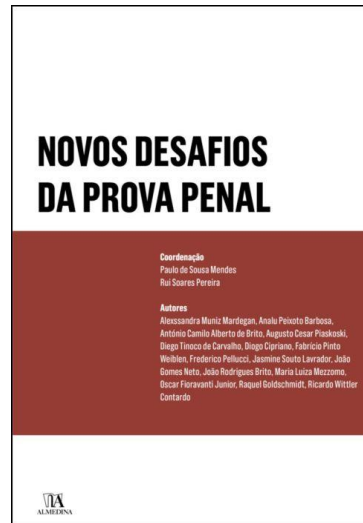


[Link de compra](#)

Fabrício Pinto Weiblen
- "Novos Desafios da
Prova Penal" (coautor)
Ed. Almedina (Portugal)

Descrição: A presente obra contém estudos sobre prova penal. Acrescendo aos vários projetos sobre a Teoria da Prova e do Direito Probatório Penal promovidos pelos coordenadores, a presente obra visa contribuir para a consolidação de uma cultura jurídica da prova penal que, tanto quanto possível, ajude a superar o diagnóstico de Cavaleiro de Ferreira de que as regras da prova e todas as questões jurídicas com a prova conexas constituem um capítulo desprezado da ciência jurídica. Os 15 estudos analisam e discutem problemas jurídicos atuais e universalizáveis sobre temas de epistemologia da prova, prova digital, prova do branqueamento e incertezas das proibições de prova. Juntam-se ao caminho que tem vindo a ser percorrido no sentido da constituição de um corpo doutrinário coeso, não como um pensamento de escola ancilosado, mas como um espaço de debate aberto e informado sobre os fundamentos e as aplicações da prova em matéria penal, e espera-se que da leitura dos mesmos surjam mais pessoas com o mesmo desejo de investigar a prova penal.

[Link para compra](#)



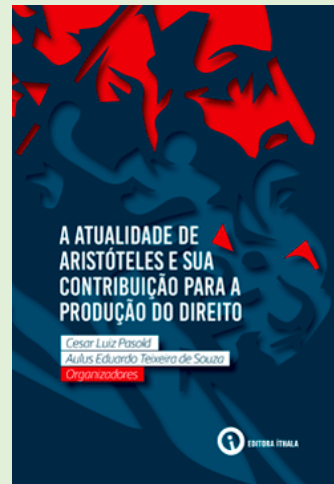
Felipe Schmidt – “A atualidade de Aristóteles e sua contribuição para a produção do Direito” (coautor)

Editora Íthala

Descrição: Os ensaios apresentados na presente obra se destacam pela profundidade epistemológica e riqueza dos temas pesquisados, que demonstram a profundidade dos ensinamentos de Aristóteles e sua contribuição ainda atual para o Direito. Os títulos dos ensaios, conforme se verifica no índice desta obra, dizem muito bem sobre o conteúdo variado e pertinente, mas sobretudo comprovam indiscutivelmente a ATUALIDADE de ARISTÓTELES.

A diversidade temática vai desde os Princípios Jurídicos Universais, que estão na base da Sustentabilidade e do Bem Comum, até o Conceito e os Fundamentos Filosóficos das Cidades Sustentáveis, passando pelas contribuições aristotélicas em relação ao Registro de Imóveis na perspectiva da conveniência e oportunidade judiciais, com destaque para o Bem Político e a Dignidade da Pessoa Humana, do Discurso à Prática. Não menos importante, destacam-se a Linguagem, a Retórica, a Argumentação em seus reflexos na Vida Humana, bem como a aplicabilidade essencial (em perspectivas jurídicas e filosóficas) da Ética tanto na Iniciativa Privada quanto na Administração Pública.

A obra trata também do Tributo na Função Social do Estado e sua justa medida diante do Direito Fundamental à Propriedade e encerra a exuberância dos conceitos e categorias filosóficas, sociais e jurídicas do objeto de abordagem, conferindo a sustentabilidade necessária para viabilizar a edição de novas Leis e



Constituições a bem dos interesses da Sociedade.

[Link para compra](#)

Flavio Bertoldi e Isaac Sabbá Guimarães - "Comentários à Lei de Improbidade Administrativa"

Juruá Editora

Descrição: O presente trabalho aborda a Lei de Improbidade Administrativa, vigente entre nós desde 1992, mas somente nos últimos anos tendo alçado condição de relevo nos sistemas administrativo e jurídico de controle dos atos de agentes públicos. Por isso, o objeto da Lei e a política jurídica que lhe dá sentido podem ser explorados em seus aspectos mais problemáticos, para os quais tanto a doutrina quanto a jurisprudência não encontram convergência.

Dividido em duas partes, o livro apresenta, inicialmente, aproximações à problemática político-jurídica derivada do sistema principiológico erigido pela Constituição, mormente por ter explicitamente adotado o princípio da moralidade. Aqui se pretende demonstrar não apenas a viragem do método jurídico, mas, também, o que confere coerência e juridicidade aos princípios constitucionais que presidem à atividade administrativa, com o fito de contribuir com a atividade prático-forense dos operadores do Direito. A segunda parte apresenta substanciosos comentários à Lei de Improbidade Administrativa, enfrentando desde os problemas de técnica legislativa às lacunas que dificultam sua interpretação. Longe de reduzir-se à recolha de doutrina e de excertos jurisprudenciais, o texto é prolífico em novas contribuições teóricas, muitas das quais tributárias da análise sistemática da legislação penal, civil, processual e constitucional. Por óbvio, trata-se de um trabalho crítico, que não evita olhar para outras



possibilidades político-jurídicas a serem descortinadas pelo legislador. Contendo uma base teórica e comentários à Lei, onde se vê a preocupação de estabelecer um liame coerente entre as duas partes de modo a conduzir à boa aplicação de suas normas, pretende-se que este livro seja útil aos estudiosos e operadores do Direito.

[Link para compra](#)

Francisco Bissoli Filho - “Introdução Ao Estudo Das Criminologias e Das Políticas Criminais” Editora Habitus

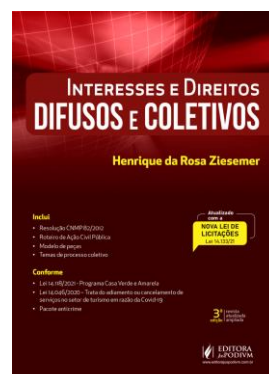
Descrição: A presente obra, de caráter meramente introdutório, tem o propósito, apenas, de fornecer ao leitor, em especial, àquele que estiver iniciando os seus estudos dessas ciências, elementos básicos relativos à configuração das criminologias e das políticas criminais, à produção do conhecimento criminológico e político-criminal crítico e à síntese dos conteúdos dessas ciências a partir do século XVIII. Trata-se de um texto elaborado a partir de fontes bibliográficas específicas e da experiência obtida, pelo autor, em mais de vinte anos dedicados ao magistério dessas disciplinas em cursos de formação e aperfeiçoamento policiais e de graduação e de pós-graduação em direito.

[Link para compra](#)



Henrique da Rosa Ziesemer – “Interesses e Direitos Difusos e Coletivos” Editora Juspodivm

Descrição: Nesta obra, refletida e atualizada, Henrique da Rosa Ziesemer expõe, com clareza, de que forma a



tutela coletiva pode resolver dos mais mezinhos aos mais profundos problemas sociais. Para tanto, oferece rica análise, não apenas da legislação em vigor, mas, sobretudo – e este é seu grande diferencial – das resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público em tema de atuação ministerial na defesa e proteção dos interesses transindividuais, em especial, aquelas que tratam da Recomendação, do Inquérito Civil e do Termo de Ajustamento de Conduta.

O autor e professor examina, com profundidade ímpar, importantes leis, como a Lei da Ação Civil Pública, a Lei do Mandado de Segurança, a Lei do Mandado de Injunção, a Lei da Ação Popular e o Código de Defesa do Consumidor. Não deixa de alertar para as implicações e interações do novo Código de Processo Civil, sublinhando divergências existentes na doutrina.

Henrique, como não poderia deixar de ser, apresenta na obra exaustiva e atualizada pesquisa jurisprudencial, focando nas mais recentes decisões dos Tribunais Superiores.

Quem conhece Henrique percebe, desde logo, seu espírito crítico e sua combatividade, transparecidos logo nas primeiras linhas do trabalho. Quem ainda não conhece, vai se impressionar!

Ainda que o tema seja um dos mais complexos, a obra é essencialmente didática, servindo, com imenso proveito, não apenas aos estudantes, como também aos profissionais experientes, que enxergarão neste estudo respostas às complexas questões do dia a dia.

- Rogério Sanches Cunha

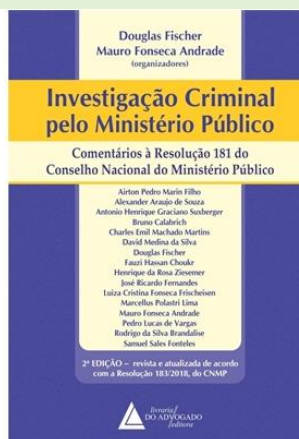
[Link para compra](#)

Henrique da Rosa Ziesemer – “Investigação Criminal Pelo Ministério Público” (coautor)

Livraria do Advogado Editora

Descrição: A segunda edição destes comentários não poderia deixar de seguir uma linha de abordagem que já demonstrou seu acerto: plena liberdade de manifestação aos autores convidados, análise estritamente técnica das questões presentes na reformada Resolução nº 181, de 2017, e apresentação de sugestões ainda não devidamente consideradas Pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

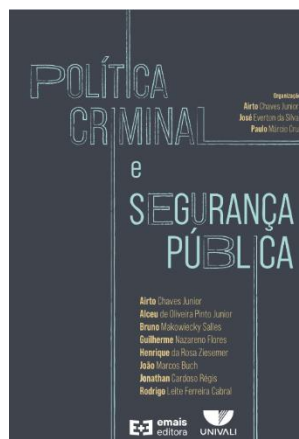
[Link para compra](#)



Henrique da Rosa Ziesemer – “Política Criminal e Segurança Pública” (coautor)

Editora Emais

Descrição: Criminalidade e violência ocupam muito frequentemente o centro das preocupações do espaço social, midiático e, também, político. Conforme lembra Zaffaroni, “em qualquer lugar da superfície deste planeta fala-se da questão criminal”. Talvez porque essa temática cuide dos sentimentos mais primitivos do homem. O ambiente instável e turbulento no âmbito da Justiça Criminal também colabora com esse cenário. O fato é que, para se conviver em sociedade, necessitamos de instrumentos de controle social. E apesar dos segmentos informais de controle (família, educação, etc.) regular razoavelmente bem as expectativas sociais, não raro eles falham. Nestes casos, entram em cena os segmentos formais de controle social, dentre os quais, Política Criminal



e Segurança Pública figuram peças de grande importância.

[Link para download gratuito](#)

Henrique da Rosa Zieseimer - "Revisação - Direitos Difusos e Coletivos"

Editora JusPodivm

INCLUI AO FINAL DE CADA CAPÍTULO:

- Dicas (resumo)
- Súmulas e jurisprudência dos Tribunais Superiores

ASSUNTOS ABORDADOS:

- Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985)
- Lei de Ação Popular (Lei nº 4.717/1965)
- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)
- Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo (Lei nº 12.016/2009)
- Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)
- Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)
- Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)
- Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979)
- Urbanismo e Meio Ambiente – Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)
- Lei “Anticorrupção Empresarial” (Lei nº 12.846/2013)

[Link para compra](#)



Henrique da Rosa Zieseimer e Vinícius Secco Zoponi - “Ministério Público - Desafios e Diálogos Interinstitucionais” Editora Mizuno

Descrição: Na presente obra, em 2ª edição, atualizada e ampliada, os autores apresentam uma nova visão para o perfil institucional do Ministério Público brasileiro. Para tanto, trazem para a ambiência do Ministério Público institutos e construções que, ordinariamente, não são articulados nos estudos da função ministerial, como o poder de agenda da Instituição, a análise econômica de suas atuações e uma teoria estruturada da negociação.

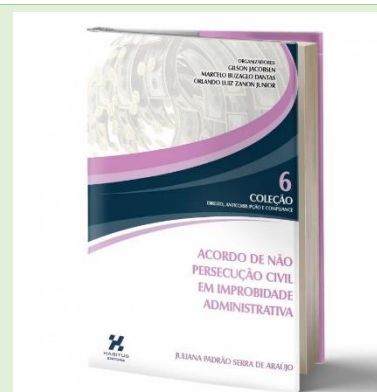
Além disso, a tradicional atuação do Ministério Público é revisitada, em vista dos desafios e limitações aos instrumentos de atuação ministerial, em particular na via extrajudicial, e, também, a partir da compreensão da relação entre a Instituição e o Conselho Nacional do Ministério Público e outros segmentos, como Administração Pública, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e a Advocacia, com destaque para as prerrogativas do Ministério Público em face dessas outras instituições.

[Link para compra](#)



Juliana Padrão de Araújo – “Acordo de não persecução civil em improbidade administrativa” Editora Mizuno

[Link para compra](#)



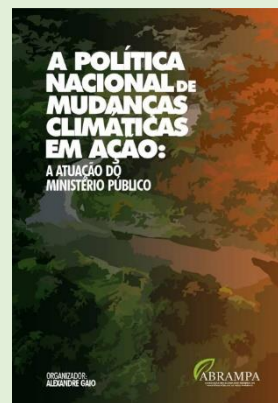
**Pablo Inglez Signori -
“A Responsabilização
Criminal do
Compliance Officer
como Mecanismo de
Prevenção ao Delito de
Lavagem de Capitais”
Editora Habitus**

[Link para compra](#)



**Paulo Antonio Locatelli
- “A Política Nacional
de Mudanças
Climáticas em Ação: A
Atuação do Ministério
Público” – (coautor)
Abrampa**

Descrição: O presente livro conta com artigos elaborados por membros do Ministério Público e convidados que possuem larga e reconhecida experiência e conhecimento nas temáticas socioambientais. Os textos abordam importantes discussões sobre o papel do Ministério Público brasileiro no combate ao A POLÍTICA NACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM AÇÃO aquecimento global, seja por meio de acompanhamento da evolução e implementação dos ODS 13, do combate aos retrocessos ambientais ou da promoção da responsabilidade civil ambiental. A jurisprudência estrangeira e as decisões judiciais brasileiras existentes sobre o tema das mudanças climáticas são apresentadas e ajudam a visualizar como alguns dos instrumentos cotidianos de atuação do Ministério Público na área ambiental podem ser empregados para contribuir de forma importante com a pauta das mudanças climáticas. Nessa toada, são abordados o licenciamento ambiental, a gestão dos resíduos sólidos e a



implementação da política urbana, além da própria utilização de instrumentos econômicos como o pagamento por serviços ambientais para a mitigação de impactos climáticos. A obra também conta com artigos que desenvolvem a interlocução entre as mudanças climáticas e a defesa dos biomas Amazônico, Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica, além do ecossistema Restinga e a tutela do solo. De modo adicional, também é abordada a relação fundamental entre as mudanças climáticas e os povos indígenas.

[Link para download gratuito](#)

Paulo Antonio Locatelli - “Direito Ambiental e Geografia” – (coautor) Editora Lumen Juris

Descrição: Esta é a grande ambição da pesquisa e inovação responsável jus-geográfica ou do geodireito: produzir conhecimento jurídico-territorial que possa ser utilizado para tomar e fundamentar as melhores decisões em prol do desenvolvimento sustentável, em todas as políticas públicas: saúde, educação, transportes, indústria, consumo, turismo, agricultura, pescas, mineração, energia etc.

O efeito desejado é permitir a escolha dos instrumentos (jurídicos, econômicos, fiscais, informacionais etc.) mais eficazes para conduzir à mudança social e ambiental. E esta mudança é cada vez mais necessária.

Trecho retirado do prefácio da Prof^a.
Alexandra Aragão

[Link para compra](#)



Paulo Antonio Locatelli
- “Elementos para a
Sustentabilidade da
Regularização
Fundiária Urbana nas
Áreas de Preservação
Permanente”
Editora Lumen Juris

Descrição: O trabalho diário enfrentado pelo autor, ao longo de quase três décadas na prática dos litígios urbano-ambientais, lhe permitiu tratar o tema com propriedade. A experiência lhe conferiu sensibilidade para distinguir a forma mais adequada de apresentar os elementos sustentáveis a serem seguidos quando do reordenamento urbano-ambiental. (...) Poderíamos resumir a obra nas palavras finais do autor ao destacar que: O desenvolvimento das Cidades deve ser muito bem sopesado à luz da Sustentabilidade, respeitando os anseios da Sociedade com o cumprimento da legislação em vigor, seja de Ordem Urbanística ou Ambiental, pois se trata da reforma ou da construção da herança que ficará para as futuras gerações. - Cristina Seixas

... trago aqui a minha constatação do quanto é importante a leitura sequencial de toda essa Obra, com disposição especial para compreender/absorver o raciocínio do Autor, e conseqüentemente para o melhor domínio do tema. Essa postura trará resultados muito positivos em termos de aprendizagem e estímulos à reflexão continuada dessa temática, cuja relevância, vênua pela insistência, é imensa e indiscutível. (...) Essa obra de Paulo Antonio Locatelli é um exemplo concreto de Livro esclarecedor e propositor de condutas que façam da tecnologia um poderoso aliado da Sustentabilidade e não o perigoso instrumento que menospreza a eliminação da agressão ambiental.- Cesar Luiz Pasold



Para não incorrer em erros, quem promover a REURB deve percorrer todo o histórico do Município, até chegar aos limites do presente, para compreender os equívocos e omissões do passado, para só então, a partir dessa fronteira com o futuro, cumprir de forma gradual todo o Ordenamento Pátrio vigente, seguindo a Sustentabilidade em todas as suas Dimensões. (...) A atuação na defesa do meio ambiente consiste em buscar e do respeito aos bens coletivos, interpretando de forma equilibrada as diversas normas ambientais. Para uma interpretação e atuação homeostática é necessário o componente humanístico fundado na solidariedade e o convívio obrigatório com a multidisciplinaridade, com a ampliação dos conhecimentos básicos do direito migrando para o campo técnico, pois os direitos coletivos em geral, exigem um grau de conhecimento que se baseia em outras áreas. - O autor

[Link para compra](#)

Paulo Antonio Locatelli – “Estudos Multidisciplinares sobre o Direito do Desastre” (coautor)

Editora Livraria do Advogado

Descrição: O livro entrega a possibilidade concreta de debate sobre temas com enorme relevância para promover capacitação e esclarecimento técnico-teórico em diversas áreas de conhecimento, e não apenas no campo jurídico. O pensamento multidisciplinar, como pressuposto de se pensar políticas públicas e tomada de decisões mais sinérgicas e eficientes, é uma premência do nosso tempo, muito especialmente no que se refere a todo o universo das exposições socioambientais e, ainda mais preciso, na abordagem que deve ser feita acerca dos desastres. Esse é o propósito que guiou os autores ao trazerem este



livro ao público interessado, e a certeza de estarem dando suas contribuições. Os autores: Délton Winter de Carvalho; Felipe Wildi Varela; Fernanda Dalla Libera Damacena; Fernando Taufik Name; João de Deus Medeiros; Kleber Isaac Silva de Souza; Paulo Antonio Locatelli; Pery Saraiva Neto; Rafael Augusto Bet Carbonar; Ricardo Boelter Moraes e Ricardo Stanziola Vieira.

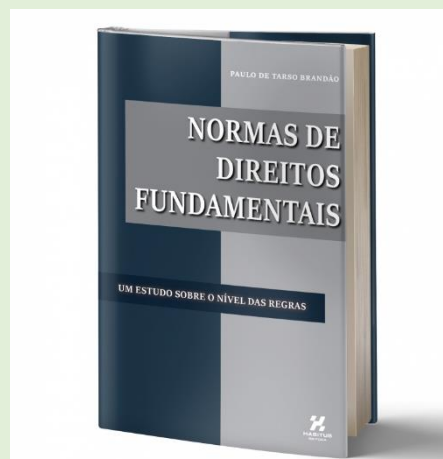
[Link para compra](#)

Paulo de Tarso Brandão - “Normas de Direitos Fundamentais: um estudo sobre o nível das regras”

Editora Habitus

Descrição: O presente trabalho, tem a finalidade específica de propor um debate sobre os Direitos Fundamentais e a função que eles desempenham como anteparo ao Poder – estatal ou privado – à eventual lesão ou ameaça de lesão a direitos individuais ou coletivos que a própria Constituição assegura.

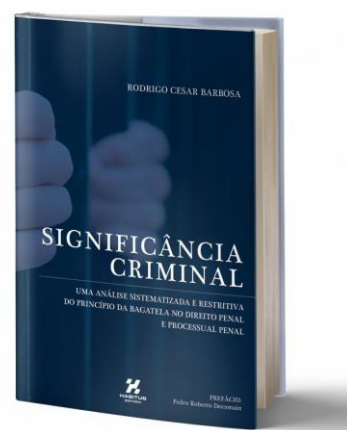
[Link para compra](#)



Rodrigo Cesar Barbosa - “Significância Criminal - Uma Análise Sistematizada e Restritiva do Princípio da Bagatela no Direito Penal e Processual Penal”

Editora Habitus

Descrição: Inicialmente, apresentam-se informações a respeito tanto do histórico da Bagatela nos Sistemas Jurídicos mundiais quanto em relação à sua posição na Ciência Jurídica, firmando-o entre o Juspositivismo e



outros paradigmas relacionados. Após, trazem-se a lume questões afetas às características gerais do princípio, como conceito, conformação doutrinária e jurisprudencial, sem se descuidar do seu relacionamento com os demais princípios do Ordenamento

[Link para compra](#)

Wilson Paulo Mendonça Neto – “A Prova Derivada da Ilícita e a Constituição da República Federativa de 1988”

Editora Habitus

Descrição: Tema extremamente significativo e bastante atual para os operadores do direito com uma visão prática e teórica.

O estudo foca no hodierno processo penal, tendo como realce o impacto da aplicação do princípio da proporcionalidade, em geral, ventilado apenas no sentido da proibição de excessos, portanto, no lado do cidadão contra o Estado. Certamente, uma obra que merece ser observada pelos interessados nesse instigante tema.

[Link para compra](#)

